

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA

# AEE

1ª Edição

## Paradigma Inclusivista

Rosane Bom  
Roberta Crizel

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA  
CURSOS IFSUL INCLUSIVO

**Reitor**

Flavio Barbosa Nunes

**Vice Reitora**

Veridiana Krolow Bosenbecker

**Pró-Reitor de Ensino**

Rodrigo Nascimento da Silva

**Diretoria de Políticas de Ensino e Inclusão**

Leonardo Betemps Kontz

**Chefe do Departamento de Educação Inclusiva**

Rosane Bom

**Coordenadora do Curso A Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado**

Roberta Gonçalves Crizel

**Administrativo**

Fátima Eslabão Insaurriaga Duarte

**Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias**

Jander Luis Fernandes Monks

**Coordenadoria de Produção de Tecnologias Educacionais**

Roselia Souza de Oliveira

## CONTEÚDO E APRESENTAÇÃO

### **Organizadores**

Rodrigo Nascimento da Silva  
Leonardo Betemps Kontz  
Rosane Bom  
Jander Luis Fernandes Monks  
Rosélia Souza de Oliveira

### **Professoras Autoras**

Rosane Bom  
Roberta Crizel

### **Design Instrucional**

Fabiane Belletti da Silva  
Verônica Porto Gayer

### **Design Gráfico e Digital - Hipermídias**

Marcus Neves

### **Revisão Pedagógica**

Roberta Crizel  
Rosane Bom

### **Revisão Linguística**

Fabiane Belletti da Silva

### **Design Educacional da Coordenadoria de Produção de Tecnologias Educacionais**

Andressa Silveira

#### **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

B695e Bom, Rosane

Educação Inclusiva AEE [recurso eletrônico] Paradigma  
Inclusivista / Rosane Bom ; Roberta Crizel — Pelotas, RS:  
IFSUL, 2024.

18 p. : il.; color.

Modo de acesso: <https://www.ifsul.edu.br/publicacoes-pm-2/>

ISBN: 978-65-01-29795-8

1. Educação. 2. Curso. 3. Inclusão. 4. Acessibilidade.  
5. PcDs. I. Crizel, Roberta. II. Título.

CDU: 376

Bibliotecária Responsável: Maria Cristina de S. Santos CRB 10/1811

Produzido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul).  
Este trabalho está licenciado sob uma Licença Atribuição-NãoComercial-Compartilhual 4.0 Internacional.  
Para ver uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/legalcode.pt>.



## Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>5</b>
<b>1. Introdução</b>	<b>6</b>
<b>2. (Re)Construindo Conceitos E Concepções</b>	<b>6</b>
<b>3. (Re)Dimensionando as funções da sociedade</b>	<b>9</b>
3.1. Quais os princípios da Educação Especial?	9
<b>4. (Re)Significando a Educação ao Longo da História</b>	<b>12</b>
4.1 Os desafios	12
4.1.1. Os desafios da Escola	13
4.1.2 Os desafios do Professor	15
4.1.3 Os desafios do profissional da Educação Especial	16
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>18</b>

## Apresentação

A educação inclusiva é um tema essencial no contexto educacional contemporâneo, promovendo um ambiente onde estudantes, independentemente de suas necessidades específicas, possam aprender e desenvolver seu potencial. Os dez e-books que compõem o Curso A Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado, abordam diversas facetas da educação inclusiva e do atendimento educacional especializado, oferecendo valiosas reflexões, práticas e metodologias.

Esses e-books são recursos indispensáveis para educadores, gestores e todos os profissionais envolvidos na educação, proporcionando reflexões valiosas e práticas que favorecem a inclusão e a equidade no ambiente escolar. Ao explorar essas obras, você encontrará inspiração e ferramentas para transformar sua abordagem educacional, garantindo que cada estudante tenha a oportunidade de aprender e prosperar em um ambiente inclusivo.

**Desejamos que seja um tempo de muitas aprendizagens para todas e todos!**

**Rosane Bom**

Chefe do Departamento de Educação Inclusiva/PROEN do IFSul.  
Mestre em Educação, Pedagoga e Psicopedagoga Clínica.

**Roberta Crizel**

Coordenadora do Curso de Educação Inclusiva  
e o Atendimento Educacional Especializado.

## 1. Introdução

No limiar do século XXI, em plena era de avanços epistemo-tecnológicos, a luta por uma educação de qualidade no Brasil, que desenvolva políticas no campo da Educação Especial, projetando uma Educação para Todos, é imprescindível, uma vez que, apesar de haver uma Política Nacional de Educação Especial, (ver texto Introdução a Educação Especial) até hoje, o direito à igualdade de oportunidade desses estudantes nem sempre é respeitado.

Falar de um tema tão complexo como o Paradigma Inclusivista, requer uma profunda reflexão, estudo e acurada análise crítica a respeito de seu verdadeiro significado. Isto é indispensável, para que não fique simplesmente na superficialidade e na visão ingênua e simplista dos fatos, constituindo-se como um desafio para cada educador.

Dessa forma, é necessário dissecar e disseminar estes conhecimentos, visando a descortinar os novos rumos da Educação para Todos.

## 2. (Re)Construindo Conceitos E Concepções

A partir da análise feita no texto Introdução a Educação Especial, no qual se acompanhou a conquista dos direitos das Pessoas com Deficiência (PcDs), foi possível observar que, até chegar à idéia de inclusão, houve uma longa e lenta caminhada, cuja implementação aconteceu de forma gradativa e, por muitas vezes pouco perceptível.

Mas um grande marco desta história registra-se na década de 60, quando cientistas questionaram ser a deficiência mental, um sinônimo de doença mental (conceito estabelecido anteriormente pelo “modelo médico de deficiência”), o que foi considerado um grande avanço conceitual na forma de conceber a deficiência.

---

\* Chefe do Departamento de Educação Inclusiva/PROEN do IFSul, Mestre em Educação, Pedagoga, Psicopedagoga Clínica, com formação e experiência nas áreas de Deficiência Visual, Deficiência Intelectual e Autismo.

A Cooperativa de Vida Independente de Estocolmo (STIL), que congrega Portadores de Deficiência (**terminologia utilizada à época**), refere-se a esse modelo médico apontando que:

[...] uma das razões pelas quais as pessoas deficientes estão expostas à discriminação é que os diferentes são considerados doentes. Este modelo médico de deficiência nos designa ao papel de desamparado e passivo de pacientes, no qual somos considerados dependentes do cuidado de outras pessoas, incapazes de trabalhar, isentos dos deveres normais, levando vidas inúteis, como está evidenciado na palavra ainda comum “inválido” (sem valor, em latim). (SASSAKI, 1990:30)

O autor também refere que, segundo esse modelo, “*a pessoa deficiente é que precisa ser curada, tratada, reabilitada etc. a fim de ser adequada à sociedade como ela é*”, sem maiores modificações. Portanto, considera-se essa concepção como um fato relevante na resistência da sociedade em entender e aceitar a mudança de suas estruturas e atitudes para incluir, em seu convívio, as pessoas com deficiência.

Entretanto, contrapondo-se a tudo isso, a Organização das Nações Unidas, foro mundial de todos os povos, aprova em sua Assembléia Geral de 03 de dezembro de 1982, na época pela Resolução 37/82, o Programa de Ação Mundial para Pessoas Portadoras de Deficiência que, numa ação conjunta de todos os países membros, objetiva o resgate social de portador de deficiência e tem como finalidade:

Promover medidas eficazes com vistas à prevenção de deficiência, à reabilitação e à realização dos objetivos de igualdade e de plena satisfação das pessoas com deficiência na vida social e no desenvolvimento. (MEC, 1997, 11)

Surge então à esse tempo, o Modelo Social de Deficiência: enfatizando os direitos humanos e a equiparação de oportunidades, levando a sociedade a perceber os obstáculos por ela criados para as Pessoas com Deficiência e ressalta que suas “incapacidades”, na maioria das vezes, **“são frutos da falta de oportunidades e da ausência de mecanismos de acesso aos direitos sociais”**.

Essa discussão sobre os modelos médico e social da deficiência direciona para o surgimento da Classificação Internacional de Impedimento, Deficiência e

Incapacidade, adotadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1980, cujo documento aponta a seguinte distinção entre os conceitos:

**Deficiência:** toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.

**Incapacidade:** toda restrição ou falta (devido a uma deficiência) da capacidade de realizar uma atividade na forma ou na medida que se considere normal a um ser humano.

**Impedimento:** situação desvantajosa para um determinado indivíduo, em consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de um papel que é normal em seu caso (em função de idade, sexo e fatores sociais e culturais).

Em consequência de críticas em relação a tais definições, a OMS propôs-se a rever a questão, realizando reuniões anuais na época, com a participação de líderes do Movimento de Pessoas Portadoras de Deficiência. Dois anos depois, na reunião de 1994, o conceito de Incapacidade é definido como: ***“o resultado de uma interação entre uma pessoa com impedimento ou deficiência e o ambiente social, cultural ou físico”***.

Com base nesse ponto de vista, ocorreram avanços que consolidaram os princípios éticos, filosóficos e políticos, servindo como base e sustentáculo a um processo de construção da cidadania de pessoas com deficiência.

Essa tomada de consciência está evidenciada na elaboração do conceito de Equiparação de Oportunidades, criado pelo mesmo Movimento e reformulado nessa mesma época, ao elaborar-se o documento Normas sobre Equiparação para Pessoas Portadoras de Deficiência que diz:

[...] o termo Equiparação de Oportunidades significa o processo através do qual os diversos sistemas da sociedade e do ambiente, tais como serviços, atividades, informações e documentação, são tornados disponíveis para todos, particularmente para as pessoas com deficiência.

### 3. (Re)Dimensionando as funções da sociedade

#### 3.1. Quais os princípios da Educação Especial?

Desde 1990 vem sendo construído o conceito de Sociedade Inclusivista. Essa ideia foi lançada pela ONU e está registrada na Resolução 45/91 da Assembléia Geral das Nações Unidas, com a expressão “Uma sociedade para Todos”, e tinha como propósito, sua aplicação até 2010.

Jonsson define Sociedade para Todos como:

[...] uma sociedade que se empenha para acolher as diferenças de todos os seus membros. Isto significa que temos de focalizar nossos esforços não mais em adaptar as pessoas à sociedade e sim, em adaptar a sociedade às pessoas. (apud SASSAKI, 1997).

É nesse posicionamento que se configura a diferença entre Integração e Inclusão. A ideia de integração tem origem no princípio de normalização que, segundo Mendes (1994):

[...] tinha como pressuposto básico, a ideia de que toda a pessoa portadora de deficiência, especialmente aquela portadora de deficiência mental, tem o direito de experienciar um estilo ou padrão de vida que seria normal à sua própria cultura.

Mas, alerta Sasaki (1997, p. 32), que, inicialmente a ideia de *normalizar estilos ou padrões de vida, foi confundida com a noção de tornar normais as pessoas deficientes*. Posteriormente, a ideia de normalização passou a significar o processo de normalizar serviços e ambientes (...) ou ainda oferecer às pessoas com deficiência, modos e condições de vida similares ao resto da sociedade (idem, 1997, p. 32).

Essa posição veio ao longo dos anos norteando, em proporção significativa, a prática da integração, a qual se afasta de seu pressuposto básico, isto é, o de inserir a Pessoa com Deficiência no meio social, considerando sua realidade pessoal.

A partir daí, movimentos diversos foram buscando redimensionar essa prática, procurando a inserção das Pessoas com Deficiência nos diferentes segmentos da sociedade: educação, trabalho, família e lazer.

Constata-se que, lentamente a prática da normalização vem se aproximando da premissa “norteadora” da integração, mas, ainda não tem sido capaz de integrar de forma incondicional, a Pessoa com Deficiência nos espaços sociais. Segundo Sasaki (1994:41):

[...] a inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

Estes princípios nortearam o movimento inclusivista nos países desenvolvidos, em meados dos anos 80 e a partir dos anos 90, expandiu-se para os países em desenvolvimento, com o propósito de envolvê-los nessa prática, até a primeira década do século XXI.

O objetivo desse processo foi a construção de uma sociedade realmente para todas as pessoas, sob a inspiração de novos princípios, dentre os quais se destacam:

- celebração das diferenças;
- direito de pertencer;
- valorização da diversidade humana;
- solidariedade humanitária;
- igual importância das minorias;
- cidadania com qualidade de vida.

Esses princípios são reforçados por Werneck (1997:21), ao afirmar que:

A sociedade para todos, consciente da diversidade da raça humana, estaria estruturada para atender as necessidades de cada cidadão, das majorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados. Crianças, jovens e adultos com deficiência seriam naturalmente incorporados à sociedade inclusiva, definida pelo princípio: todas as pessoas têm o mesmo valor.

Como se pode constatar, não é de hoje que a sociedade já foi chamada a perceber que discrimina, segrega e exclui, com base em regras e estereótipos de “normalidade”, mas é preciso muito mais do que isso.



É preciso perceber que um ser nunca é igual a outro, sendo particular de cada um, seu potencial, seu talento e sua capacidade.

Numa análise das terminologias, pode-se dizer que integração e inclusão no âmbito da educação encerram uma mesma idéia, o que difere é a forma como ela acontece, pois a integração conforme sua aplicação prática promoveu a idéia de inserção parcial, sendo condicionada às possibilidades da pessoa, enquanto que a inclusão refere-se a uma inserção total e incondicional. Mas, na verdade o resultado final de um processo de inclusão nada mais é, do que a integração (no real sentido da palavra) entre todos. Sendo assim, a integração seria a culminância do processo de inclusão. (Marilene Ribeiro dos Santos, Secretária de Educação Especial do MEC, apud Werneck, 1997, p. 69).

## 4. (Re)Significando a Educação ao Longo da História



### Como se deu essa trajetória?

No âmbito educacional, a atenção destinada a pessoas com deficiência, passou, ao longo deste século, por várias fases:

- a) **Fase da exclusão:** inexistia qualquer tipo de atendimento aos portadores de deficiência.
- b) **Fase da segregação institucional:** surge a Educação especial e os deficientes são confinados em instituições voluntárias, geralmente religiosas, escolas especiais, centros de reabilitação e oficinas protegidas de trabalho e, assim excluídas da família e do resto da sociedade.
- c) **Fase da integração:** marca o início do atendimento às crianças especiais nas escolas regulares, porém, em classes especiais, onde geralmente acontece uma diversificação de horários e rotinas escolares.
- d) **Fase da inclusão:** busca promover uma educação para todos, em que se *incluam todas as pessoas, considerando suas diferenças, apoiando suas aprendizagens e respondendo às suas necessidades individuais* (Declaração de Salamanca).

### 4.1 Os desafios

Falar sobre Educação Inclusiva ainda hoje no Brasil é, sem dúvida nenhuma, dar espaço para longas discussões e intermináveis questionamentos, considerando a realidade das escolas regulares, a falta de formação profissional e de recursos específicos que se tornam necessários na efetivação da Educação Inclusiva.

Porém, é preciso que, a sociedade como um todo e os educadores, em particular, façam as reflexões necessárias para uma tomada de consciência de postura e atitudes perante este novo paradigma, mesmo porque, conforme Werneck (1997): “*a inclusão não exclui ninguém do infinito significado do conceito de educar (p.54) considerando-a primordialmente uma questão ética (p.21)*”.

#### 4.1.1. Os desafios da Escola

A escola, em geral, é concebida para atingir objetivos educacionais dos sujeitos denominadas normais e, por isso, quando as respostas do estudante não são produzidas de forma esperada, o sistema os segrega, pois suas necessidades educacionais diferenciam-se da média dos estudantes, ocorrendo, paulatinamente, um processo de marginalização dentro da instituição escolar.



*A inclusão exige rupturas. Incluir é abandonar na escola o estereótipo de aluno ideal. Incluir exige redefinir a escola. (Werneck, 1997)*



*O que é ser “normal”? Essa normalidade tão exaltada garantiu realmente que todos aprendessem da mesma forma, tempo e ritmo?*

E, sob este viés há que se mudar a visão sobre a diferença, não cabendo mais ser percebida como algo a ser tolerado, ou acatado ao serem compreendidas

como algo imutável ou ainda como permanente de um sujeito que não tem a possibilidade de evoluir.

Essa diferença hoje tão potencializada nos leva a algumas reflexões importantes:

[...] “A educação de qualidade para TODOS” é um novo paradigma, de pensamento e de ação, no sentido de ter como “ideal” uma sociedade na qual a diversidade seja mais norma do que exceção. O desafio é estender essa proposta a um número cada vez maior de crianças, escolas e comunidades, com o principal propósito de facilitar e contribuir para a aprendizagem de TODOS. Quando as escolas não excluírem mais ninguém, independentemente de suas condições físicas, psíquicas, econômicas e outras, a diversidade será respeitada e promovida como um valor na sociedade, com resultados visíveis de solidariedade e de cooperação [...]. (FERREIRA, 2003, p. 44- 45).

Mais do que nunca somos chamados a reconhecer que a diferença existe, o que não demanda destaque a deficiência, mas sim potencializá-la como forma de alcançar os objetivos nomeados pela inclusão educacional e social.



*Com certeza essas questões nos permite refletir, agora não mais sob o preceito da “igualdade”, mas tendo a “diferença” como norteadora do processo educativo.*

Por isso, a inclusão de certa forma nos desacomoda e desafia, pois evidencia que inevitavelmente a escola terá que se “reinventar” para vencer o desafio de atender estudantes que necessitam de uma resposta especial. Porque incluir não é somente colocar o estudante com deficiência na classe regular, pressupõem mais: é, antes de tudo, aceitar as diferenças, entender a necessidade de conviver com a diversidade e buscar uma forma de atender as necessidades de cada um.

Mas há que se considerar que, aceitar as diferenças, muitas vezes está muito distante de assumir uma atitude de convívio, de reconhecimento, de respeito, de

valorização, o que implica imperiosas mudanças de concepções e quebra de paradigmas.

Principalmente por que pensar e debater sobre barreiras atitudinais nos tempos atuais nos impele à reflexão mediante nossas atitudes perante nós mesmos e do outro. As barreiras atitudinais, são hoje identificadas como as mais significativas para a concretude das mudanças, uma vez que nos exigem que avaliemos nossas atuações enquanto pessoas e profissionais no processo de inclusão. Cabe dizer que sua materialização constitui-se no aporte para a construção de uma consciência inclusiva.

Atualmente temos muitos dispositivos legais garantindo currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, flexibilizações e adaptações curriculares, temporalidade diferenciada, etc... para atender às necessidades dos estudantes com deficiência, porém ainda há significativas barreiras a vencer, no sentido de que a escola terá de se flexibilizar e capacitar para que possa acolher uma diversidade de estudantes com diferentes interesses, motivações e capacidades de aprender.



*Em suma, é a escola que deve adaptar-se ao educando e não o contrário como foi visto até agora.*

#### **4.1.2 Os desafios do Professor**

“(...) para que um professor possa oferecer uma boa formação para seus alunos, ele precisa também estar bem formado”. Partindo desse pressuposto, acredita-se que o desafio de incluir todos os alunos no ensino regular é perpassado pelo desafio da qualificação profissional dos docentes que atuam junto a este alunado. (TRICOLI, 2002, p. 98).

Nesta questão, torna-se evidente o papel das Instituições de Ensino Superior, enquanto agências formadoras, e a urgência em promover cursos de

formação nesta área, como forma de atender às necessidades destes profissionais, expandir seus conhecimentos e oferecer condições de constante atualização, face aos avanços advindos de estudos e pesquisas.

Até porque, essa nova postura de educação pressupõe uma mudança das práticas pedagógicas, o que força o professor a assumir um papel diferenciado daquele de até então, pois terá que ser capaz de analisar situações, identificar problemas e buscar soluções.

Em seu artigo "**Educação inclusiva: mais qualidade à diversidade**", David Rodrigues destaca:

"A Educação Inclusiva é, pois, uma ruptura com os valores da escola tradicional". Rompe com o conceito de um desenvolvimento curricular único, com o de aluno padrão e estandardizado, de aprendizagem como transmissão, de escola como estrutura de reprodução. É, assim, muito ambiciosa como objetivo. Os professores, apesar de serem muitas vezes apontados como os bodes expiatórios da inclusão, são a esperança dela. Eles são parte das suas boas notícias. (RODRIGUES, 2005. p. 45-63).

Vivemos em um momento em que é imperativo ajustar as necessidades dos profissionais da educação aos processos de aprendizagem diferenciados dos estudantes. Porém, é importante pensar que para isso ocorra, se faz necessário uma soma de esforços, buscando relevância dos diversos profissionais e espaços da escola, como o trabalho das equipes multiprofissionais, do apoio pedagógico, na atuação dos gestores, no aproveitamento dos recursos, na reorganização dos sistemas de ensino no sentido de orientar o professor, como propulsor que é para que tenha conhecimento e com isso, mobilizar-se com autonomia, para efetivamente efetivando promover uma sala de aula realmente inclusiva, tornar-se assim, sujeito da aprendizagem e de sua atuação profissional.

#### **4.1.3 Os desafios do profissional da Educação Especial**

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi outorgada pela Organização das Nações Unidas em 2006, sistematizando desde então, estudos e debates mundiais concretizados no decorrer da última década do século

XX. Dessa forma, vem criando as circunstâncias favoráveis à definição de políticas públicas fundamentadas no paradigma da inclusão social e educacional.

Diante disso, dentre os dispositivos legais brasileiros, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) que é um dos documentos orientadores do Atendimento Educacional Especializado, já está recomendado a sua atuação ao longo de todo o processo de escolarização, assim como sua articulação com a proposta pedagógica do ensino comum, definindo que:

[...] o atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (MEC, 2008).

Fica evidente a importância da soma de esforços entre os professores do ensino comum e os profissionais de educação especial, para o desenvolvimento de uma educação que satisfaça as necessidades dos educandos, independente de suas condições.

Neste mesmo sentido, o Decreto nº 7.611 em 2011 determinou como função da educação especial a garantia dos serviços de apoio especializado, especificando o conteúdo e o caráter de seus serviços no sentido de ***“eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”***.

Importante ressaltar que a interação entre os professores do ensino comum e os profissionais de educação especial, são determinantes para as Políticas que preconizam não só o acesso, mas a permanência e participação com aprendizagem do estudante, conforme estabelece a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015).

Dessa forma, a inclusão apresenta-se como um desafio maior para a escola, pois, a opção de construir uma sociedade para todos, reflete-se nela de forma especial, pelo seu compromisso enquanto agente de transformação social, o que a torna um dos instrumentos mais importantes no processo de construção de uma sociedade inclusivista para todos e, portanto, mais justa, humana e solidária.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência*. Tradução: Edilson Alkmin da Cunha. Brasília: CORDE, 1996.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *As Pessoas com Deficiência na Sociedade Brasileira*. Tradução: João Batista Cintra Ribas: CORDE, 1997.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. *Acesso e Qualidade. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. 2 ed. Brasília: CORDE, 1999.
- CORREIA, Luis de Miranda. *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Escolas Regulares*. Porto: Porto Editora, 1999.
- FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. Educação inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. CHIZZOTTI, A. Projeto de Pesquisa em ciências humanas e sociais. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. *A Integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997.
- MENDES, Enicéia G. *Integração Escolar: reflexões sobre a experiência em Santa Catarina. Interação*. Brasília, 1994.
- RODRIGUES, D. et al. Educação Inclusiva: mais qualidade à diversidade. In: Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais. Santa Maria: Ed. UFSM, 2005. p. 45-63.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão/Construindo uma Sociedade para Todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- TRICOLI, V. A. C. O papel do professor no manejo do stress do aluno. In: LIPP, M. N. (Org.). O stress do professor. Campinas: Papyrus, 2002. p. 95-107.
- WERNECK, Cláudia. *Ninguém mais vai ser Bonzinho na Sociedade Inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.